



**PROCESSO N. 8.878/2021**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N. 109/2021**  
**EDITAL N. 120/2021**  
**TIPO MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**

O Município de Mogi Mirim torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, objetivando a prestação de serviços, descritos no Item I – OBJETO deste Edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal n. 10.520/2002 e Decreto Federal n. 10.024/2019, com o Decreto Municipal n. 8.403/2021 e subsidiariamente pela Lei Federal 8.666/1993, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014, e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela INTERNET. O sistema referido utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em toda etapa do certame.

A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial no site do Banco do Brasil S.A., [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), opção Licitações, ou diretamente em [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**INICIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS:** às 08 horas do dia 26/08/2021.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 08 horas do dia 27/08/2021.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09 horas do dia 27/08/2021.

**MODO DE DISPUTA ABERTO e FECHADO.**

**I - OBJETO**

1.1 O presente pregão tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para capacitação dos agentes Comunitários de Saúde, no enfrentamento a Violência Domestica, Secretária de Saúde (orçamento impositivo 2021 do Vereador Manoel Eduardo P.C. Palomino) e capacitação dos gestores na transição do trabalho remoto para híbrido, Secretária de Educação, Município de Mogi Mirim/SP, de acordo com as especificações técnicas e condições do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

**II - DO PROCEDIMENTO**

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.2 O certame será realizado através da utilização da opção "Licitações", do Portal Eletrônico do Banco do Brasil S.A., conforme acordo de cooperação técnica celebrado entre o BANCO DO BRASIL S/A e o MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM.

2.3 Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

**III - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste Pregão, **EXCLUSIVAMENTE** as **Empresas de Pequeno Porte (EPP)** e Microempresas (ME) que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos.

3.2 Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Mogi Mirim.



#### **IV - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO**

4.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.

4.2 O credenciamento do licitante vencedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 A chave de identificação e a senha terão validade de até 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

4.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A., ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico observado data e horário limite estabelecido.

4.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.7 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

#### **V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 As propostas serão recebidas até o horário previsto, após ocorrerá sua divulgação passando a Pregoeira a avaliar sua aceitabilidade.

5.1.1 O encaminhamento das propostas refere-se exclusivamente ao envio do valor global do lote para qual o licitante deseja participar junto ao portal eletrônico escolhido.

5.1.2 Fica vedado ao Licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços, planilha ou outros Anexos exigidos neste Edital, sob pena de desclassificação do certame pela Pregoeira.

5.2 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3 O Licitante que se enquadrar no que estabelece a Lei Complementar n.º 123/2006, deverá declarar que atende os requisitos do Artigo 3º, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

5.4 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e conformidade de sua proposta com as exigências do edital.



5.5 A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.6 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.7 O Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.8 O Licitante deverá solicitar o cancelamento da chave de identificação e a senha de acesso por interesse próprio, quando for o caso.

5.9 O Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos e em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no site e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.

5.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11 Na proposta de preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições:

5.11.1 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor unitário proposto corresponder à unidade solicitada;

5.11.2 Excepcionalmente, nos casos em que o valor unitário for inferior a um real, poderão ser aceitas propostas com quatro casas decimais;

5.11.3 A marca do material deverá ser obrigatoriamente especificada.

5.11.4 Somente serão aceitos preços com duas casas decimais após a vírgula.

5.11.5 Deverá ser indicado na proposta o responsável pela assinatura do contrato, contendo os seguintes dados:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

5.11.6 O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

5.11.7 É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pela Pregoeira, será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta.

5.11.8 Os preços contidos incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, despesas, acessórios e encargos,



inclusive tributários, incidentes sobre a proposta, quando não incorporados ao preço oferecido e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

5.11.9 Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os folders, encartes, folhetos técnicos ou catálogos dos produtos, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens, quando for solicitado pela Pregoeira pelo sistema eletrônico.

5.12 A proposta de preços enviada implicará plena aceitação, por parte do Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.13 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação pelo licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

## **VI – DA SESSÃO PÚBLICA**

6.1 De conformidade com o estabelecido neste Edital terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico será aberta pela pregoeira, com a divulgação das Propostas de preços em conformidade com o item 5 - Proposta de Preços, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

6.2 A Pregoeira verificará as propostas de preços enviados, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, informando de tal fato ao Licitante desclassificado, fato que será registrado no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes. Somente as propostas classificadas pela Pregoeira participarão da etapa do envio dos lances.

6.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5 A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), conforme Edital.

6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

## **VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cuja importância deve corresponder ao valor total a ser ofertado para os produtos/serviços (art. 30, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

7.2 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro (art. 30, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.3 Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR PREÇO**.

7.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, até a hora de encerramento da fase de lances, observadas as regras de aceitação estabelecidas neste Edital (art. 30, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).



7.5 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta (art. 30, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.6 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, mesmo que de licitantes distintos, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (art. 30, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.7 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante (art. 30, § 5º, do Decreto nº 10.024/2019), bem como ter acesso a todos os documentos que sejam convocados como anexo.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto e fechado, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado (art. 31, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019).

7.9 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos (art. 33, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o prazo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada (art. 33, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.11 Encerrado o prazo do item 7.10, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo (art. 33, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.12 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições do item precedente, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo (art. 33, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.13 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.11 e 7.12, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade (art. 33, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.14 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.11 e 7.12, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.13 (art. 33, § 5º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.15 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 7.14 (art. 33, § 6º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados (art. 34 do Decreto nº 10.024/2019).

7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) (art. 35 do Decreto nº 10.024/2019).



7.18 Após a etapa de envio de lances será verificada a existência de microempresas ou empresas de pequeno porte, para os efeitos do contido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.19 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) (art. 44, caput, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.20 Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas ME/EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§ 2º do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.21 A preferência de contratação para as ME/EPP será concedida da seguinte forma:

a) a ME/EPP mais bem classificada em cada item poderá apresentar proposta de preço inferior à de menor preço ao final da fase de lances, situação em que, depois de cumpridas as demais exigências para sua habilitação, será declarada vencedora do certame e adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 45, I, da Lei Complementar nº 123/2006);

b) não ocorrendo à contratação da ME/EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.19, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (art. 45, II, da Lei Complementar nº 123/2006);

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.19, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (art. 45, III, da Lei Complementar nº 123/2006), esclarecido que o sorteio previsto não se aplica na fase de lances.

7.22 A ME/EPP convocada para apresentar nova proposta na forma do item anterior terá o prazo máximo de 5 (cinco) minutos para fazê-lo, após mensagem automática do sistema eletrônico no chat, sob pena de preclusão (art. 45, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.23 Havendo êxito no procedimento de preferência de contratação para ME/EPP, o sistema eletrônico disponibilizará a nova classificação dos licitantes para fins de aceitação.

## **VIII – DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1 O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

8.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e eventual procedimento de preferência para ME/EPP, na forma do item 7.19, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital (art. 38, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

8.3 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 38, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

8.4 O Pregoeiro poderá solicitar documentos complementares sempre que julgar necessário (art. 38, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

8.5 O licitante deverá apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 8.2, bem como os documentos complementares solicitados, no prazo de 02



(duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema (art. 38, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019) pelo e-mail: sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com.

8.5.1 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os mesmos deverão ser apresentados em formato digital, pelo e-mail: sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com, no prazo definido no edital.

8.5.2 Na hipótese de contratação de serviços comuns em que o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente pelo e-mail: sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

8.6 Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 8.2 e recebidos tempestivamente os documentos complementares eventualmente solicitados na forma do item 8.4, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital, bem como verificará a habilitação do licitante conforme as disposições estabelecidas por este instrumento convocatório (art. 39 do Decreto nº 10.024/2019).

8.7 O lote cujo preço total seja superior ao estimado para a contratação, constante das Especificações Técnicas no Anexo I, poderá não ser aceito e adjudicado.

8.8 Na hipótese de a proposta vencedora não foi aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, inclusive levando em conta os critérios do item 8, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital (art. 43, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

8.9 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784, de 1999 (art. 47 do Decreto nº 10.024/2019).

8.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata (art. 47, parágrafo único, do Decreto nº 10.024/2019).

8.11 Verificadas a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar em cada lote e a compatibilidade de seu preço com o valor estimado, o Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas comerciais.

8.12 Atendidas às especificações do Edital, estando habilitado o Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Pregoeira declarará a (s) empresa (s) vencedora (s) do (s) respectivo (s) lote (s).

8.13 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**8.14 A proposta de preços devidamente atualizada com o último lance ofertado, bem como a documentação no caso de empresa que não possua assinatura com certificado digital deverão ser enviados para a Pregoeira, na Secretaria de Suprimentos localizada Rua Dr. José Alves, 129, Centro, na cidade de Mogi Mirim/SP, CEP: 13.800-050, no**



**prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da indicação do Licitante arrematado. Caso o vencedor seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser prorrogado até 15 (quinze) dias.**

9.15 O resultado desta licitação será publicado no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

9.16 Caso todas as Propostas de Preços sejam desclassificadas, o(a) Pregoeira (o) convocará todas as licitantes para que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentem novas propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação.

## **IX – DA HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos de habilitação serão os seguintes:

### **A) DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e da última alteração contratual, se houver, devidamente depositados ou arquivados na Junta Comercial do Estado onde estiver estabelecida a pessoa jurídica, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **B) DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

1. **Cartão CNPJ.**
2. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.**
3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União).**
4. **Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação Estadual, no que tange aos débitos efetivamente inscritos em Dívida Ativa.**
5. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, com validade da data da abertura dos envelopes de documentação.**
6. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS), com validade na data da abertura dos envelopes de documentação.**
7. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da**



Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Quanto às certidões que omitirem a data de seu vencimento, só serão aceitas as que forem expedidas com prazo não superior a 06 (seis) meses a contar da data da abertura dos envelopes dos documentos para habilitação.

**Os documentos referidos neste tópico poderão ser apresentados em original (Internet) ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.**

### **C) DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

1. Certidão negativa de falência expedida pelo cartório judicial distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Caso a empresa se encontre em processo de recuperação judicial, deverá apresentar durante a fase de Habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor.

**9.2 Juntamente com os documentos para habilitação deverá ser enviada declaração dando ciência de que a licitante não mantém em seu quadro de pessoal, menores em qualquer trabalho (Anexo III – Modelo), declaração de fato impeditivo de habilitação (Anexo II), Declaração de ME ou EPP (Anexo V).**

9.3 Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

9.4 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por Cartório competente, ou mediante publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou ainda mediante assinatura por certificado digital, devendo, preferencialmente ser relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste Edital.

9.5 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do Licitante.

9.6 A Pregoeira e sua equipe poderão verificar nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e constituirá meio legal de prova,, para fins de habilitação.

9.6.1 A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

9.6.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata este item, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

### **X – DA IMPUGNAÇÃO**

10.1 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, por meio eletrônico, no horário de 08h às 17h, através do email [sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com](mailto:sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com).



10.1.1 À Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidirá sobre a petição no prazo de 02(dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

10.1.1.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

10.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **XI – DOS RECURSOS**

11.1 Declarado vencedor, qualquer Licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer (art. 44, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

11.1.1 Será concedido ao Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, se desejarem, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar da data final do prazo do recorrente assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art. 44, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019 e art. 44, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

11.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência direito e a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto pela Pregoeira ao licitante declarado vencedor (art. 44, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).

11.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

11.4 A decisão da Pregoeira deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.

11.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

11.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal situada à Rua Dr. José Alves, 129, Centro, na cidade de Mogi Mirim/SP.

## **XII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1 Na ausência de recurso caberá à Pregoeira adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor homologação (art. 46 do Decreto nº 10.024/2019).

12.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao Licitante vencedor pela Pregoeira (art. 45 do Decreto nº 10.024/2019).

12.3 Quando houver recurso e a Pregoeira mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Pregoeira.

## **XIII – DO PAGAMENTO**

13.1 O Município pagará à CONTRATADA o preço estabelecido na proposta, o qual inclui todos os custos necessários à perfeita execução do objeto do presente licitatório e fica condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, que deverá ser entregue juntamente com a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e o CRF do FGTS, em plena validade, devidamente atestado por funcionário credenciado do CONTRATANTE.



§1º No corpo da nota fiscal número da licitação, o número do contrato ou o número da nota de empenho, o número da conta, banco e agência para que seja efetuada a ordem de pagamento ou ainda ficha de compensação (boleto do banco), anexo.

§2º Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§3º As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

13.2 O pagamento será efetuado no décimo quinto dia do mês subsequente a data do aceite da Nota Fiscal do recebimento definitivo do equipamento, após a entrega da documentação descrita no item 13.1, e fica condicionado à Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e CRF do FGTS estarem em plena validade.

13.3 A CONTRATADA não poderá negociar títulos provenientes deste termo.

#### **XIV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1 Os recursos necessários para fazer frente às despesas da presente licitação onerarão as dotações orçamentárias:

<b>Dotação</b>	<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Código Orçamentário</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
937	011603.1030205912.215.	3.3.90.39.00	1 – Tesouro
141	010503.1236105562.048	3.3.90.39.48	5 – Transferências e Convenio Federais
237	010504.1236505552.052	3.3.90.39.48	5 – Transferências e Convenio Federais

#### **XV – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

15.1 Constam na Minuta do contrato – Anexo IV, as condições e forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes, que faz parte integrante deste Edital.

15.2 Até a data de assinatura do Contrato poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documentos (s) ou declaração (ões) incorreta (s), bem como aquela cuja situação técnica ou econômica/ financeira tenha se alterado após início de processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

15.3 Nos termos do art. 64 da Lei 8.666/93, ocorrendo recusa em assinar o contrato, sem justificativa aceita pelo Município de Mogi Mirim, no prazo de 05 (cinco) dias contados da homologação, ou então na hipótese de silêncio, dentro do mesmo prazo, o proponente vencedor, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, decairá do direito de contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

#### **XVI – DAS PENALIDADES**

16.1 A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93.

16.2 De conformidade com o art. 86 da lei n. 8.666/93, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor dos produtos, por dia de atraso em que, sem



justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93.

16.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

16.3.1 – Advertência;

16.3.2 – Multa de 10 % (dez por cento) do valor do contrato;

16.3.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

16.4 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontada do preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 As informações administrativas e técnicas relativas a presente licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria de Suprimentos e Qualidade, no endereço citado no preâmbulo do presente edital, Fone: (19) 3814 1060, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas, ou pelo email [sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com](mailto:sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com)

17.2 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

17.3 Fica a licitante ciente de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste Edital e seus anexos.

17.4 As licitantes devem ter pleno conhecimento de todas as disposições constantes do edital, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua proposta.

17.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que possíveis à aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

17.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

17.7 A licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução do objeto do presente procedimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.8 O Município de Mogi Mirim no interesse da Administração poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar ou anular, no todo ou em parte a licitação.

17.9 As declarações e procurações deverão ter reconhecimento de firma ou o agente administrativo deverá confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento. No caso de não serem enviadas as Declarações constantes do Edital nos moldes citados, a licitante, deverá declarar a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.



17.10 Os licitantes que forem microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da lei, caso decidam valer-se dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, deverão apresentar a declaração constante do Anexo V do presente Edital juntamente com a proposta de preços.

17.10.1 A apresentação da declaração constante do Anexo V do presente edital não impede o Município de realizar as diligências que forem necessárias para perquirir se a licitante que se apresentou como ME ou EPP realmente preenche as condições legais para o gozo dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.

17.10.2 Na hipótese de se constatar a inveracidade do afirmado pela licitante na declaração apresentada ao Município nos termos do Anexo V do presente edital, ou no caso de não apresentação de informações exigidas nos termos da cláusula 17.10.1, no prazo assinalado pela municipalidade, a licitante será desclassificada e punida com as sanções previstas na cláusula 16.3, convocando-se logo em seguida o segundo colocado da disputa.

#### **XVIII - ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL**

- 18.1 Anexo I - Termo de Referência.
- 18.2 Anexo II - Modelo de Declaração de atendimento as exigências de habilitação.
- 18.3 Anexo III – Modelo de Declaração de proteção ao menor.
- 18.4 Anexo IV – Minuta do contrato
- 18.5 Anexo V – Declaração de ME ou EPP
- 18.6 Anexo VI – Termo de Ciência e Notificação
- 18.7 Anexo VII – Cadastro do Responsável
- 18.8 Anexo VIII – Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal de Contas

Mogi Mirim, 12 de agosto de 2021.

**Clara Alice F. de A. Carvalho**  
**Secretária de Saúde**

**Ana Lucia Bueno Peruchi**  
**Secretária de Educação**



## TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para capacitação dos agentes Comunitários de Saúde, no enfrentamento a Violência Domestica, Secretária de Saúde (orçamento impositivo 2021 do Vereador Manoel Eduardo P.C. Palomino) e capacitação dos gestores na transição do trabalho para híbrido, Secretária de Educação, Município de Mogi Mirim/SP, de acordo com as especificações técnicas e condições do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

- a) Toda documentação de habilitação, juntamente com a proposta inicial, deverão ser anexada ao portal do Banco do Brasil.
- b) A proposta de preços devidamente atualizada com o último lance ofertado, bem como a documentação no **CASO DE EMPRESA QUE NÃO POSSUA ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL**, os documentos **DEVERÃO SER ENVIADOS assinados**, Para a Pregoeira, na Secretaria de Suprimentos localizada Rua Dr. José Alves, 129, Centro, na cidade de Mogi Mirim/SP, CEP: 13.800-050, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da indicação do licitante arrematado.

### ESPECIFICAÇÕES DO LOTE

LOTE 01 – SECRETÁRIA DE SAÚDE			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.
1	QUALIFICAÇÃO/CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL ESTA CAPACITAÇÃO DEVERÁ OCORRER EM DUAS TURMAS DE 46 ACS EM CADA UMA EM UM TOTAL DE 20 HORAS, SENDO 04 HORAS A CADA DIA PARA CADA TURMA .	92,00	UN
		R\$ 26.963,33	

LOTE 02 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.
1	SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO/HORA , CONFORME TERMO DE REFERENCIA.	16,00	H
		R\$ 9.733,28	



## **TERMO DE REFERENCIA SECRETARIA DE SAUDE, REFERENTE LOTE 01**

### **PLANO DE TRABALHO PROGRAMA DE VIOLÊNCIA DOMESTICA**

#### **CAPACITAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ACS**

#### **INTRODUÇÃO**

A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas e que sua estrutura modifica segundo contextos sociais, culturais e históricos.

A dinâmica e a organização das famílias baseiam-se na distribuição dos afetos, criando, no espaço doméstico, um complexo dinamismo de competições. Essas disputas são orientadas pelas diferenças de poder entre os sexos e, no contexto afetivo, motivadas pela conquista de espaços que garantam o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades básicas da condição humana.

Segundo Organização Mundial de Saúde, violência caracteriza-se pelo uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002).

Pelo elevado número de vítimas que acarreta e pela magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, a violência configura-se no início do século XXI como grave problema de saúde pública em diversos países. Em todo o mundo, a cada ano mais de um milhão de pessoas perdem a vida e muitas outras sofrem ferimentos não fatais resultantes de autoagressões, de agressões interpessoais ou de violência coletiva, estimando-se que a violência seja uma das principais causas de morte de pessoas entre 15 e 44 anos em todo o mundo (Dahlberg, Krug, 2002).

Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia da Saúde da Família encontra fundamento na necessidade de efetivação da Lei 11.340/06 como um instrumento de campanha educativa, esclarecimento e atendimento qualificado, especialmente voltado aos agentes comunitários de saúde. (Ministério Publica)



A violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também as relações em que se constrói e efetua, porém a violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados (as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados.

Na atualidade, em razão de vários fatos ocorridos no Brasil, temos presenciado um sensacionalismo muito grande por parte dos meios de comunicação, principalmente os televisivos. Porém, esse assunto existe há milhares de anos.

A violência doméstica acontece contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos, sendo que os agressores são os próprios familiares das vítimas.

As violências domésticas se dividem por espancamentos, tendo maior número de vítimas as crianças de até cinco anos; abusos sexuais, acontecendo em maior quantidade entre meninas de sete a dez anos de idade; e por danos morais, em adolescentes e mulheres.

A violência intrafamiliar e/ou doméstica atinge parcela importante da população e repercute de forma significativa sobre a saúde das pessoas a ela submetidas. Configura-se um problema de saúde pública relevante e um desafio para os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), pois, além disso, a Constituição de 1988 garante-se o direito à proteção, à assistência da família e de todos os que a integram e também a criação, pelo Estado, de mecanismos e de formas de coibir a violência no âmbito das relações (Brasil, 1988).

Portanto, é uma questão de grande amplitude e complexidade cujo enfrentamento envolve profissionais de diferentes campos de atuação, requerendo, por conseguinte, uma efetiva mobilização de diversos setores do governo e da sociedade civil. Tal mobilização visa, em especial, fortalecer e potencializar as ações e serviços na perspectiva de uma nova atitude, compromisso e colaboração em relação ao problema.

Considerando que o Agente Comunitário de Saúde – ACS é considerado o elo entre o serviço de saúde e a comunidade, com condições de avaliar a dinâmica da família e, muitas vezes, identificar situações de risco ou de violência consumada, pela própria observação ou pelo vínculo que estabelecem com a clientela (FONSECA et al, 2009). Questionou-se qual é a percepção dos Agentes Comunitários de Saúde na Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica.

Considerando o contexto familiar, a atual situação em relação à violência doméstica e o papel do Agente Comunitário de Saúde a Prefeitura de Mogi Mirim,



através da Secretaria de Saúde propõe capacitar os Agentes Comunitário de Saúde para atuarem no enfrentamento da Violência doméstica.

Para a execução desta capacitação há necessidade de contratar um empresa/Instituição que esteja habilitada tecnicamente e legalmente para desenvolver o tema: "Violencia domestica"

## **JUSTIFICATIVAS**

A violência doméstica é caracterizada como um problema crescente de saúde pública que gera grandes consequências, bem como danos irreversíveis ao indivíduo, família e comunidade.

No enfrentamento da violência doméstica e familiar, encontramos alguns desafios que advêm das particularidades do município de Mogi Mirim-SP, evidenciadas pelos profissionais de saúde e da Assistência Social.

Diante disso, corroborando com a operacionalização da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, torna-se necessário um trabalho conjunto entre as instituições envolvidas.

Nesse aspecto, mostra-se de grande valia o envolvimento dos (as) Agentes Comunitários (as) de Saúde, visto que estes/estas possuem um laço mais estreito com a comunidade, conhecem a dinâmica familiar e podem fomentar mudanças socioculturais através da escuta diferenciada, cuidadosa, sem revitimização e aptos/as para orientação acerca da dinâmica da violência familiar.

Dentre outras medidas para enfrentar a violência doméstica o Sistema Único de Saúde (SUS) municipal pretende adotar estratégia de educação permanente dos profissionais de saúde em especial os ACS, pois é necessário ampliar as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) destes Agentes Comunitários de Saúde, visando à orientação da comunidade acerca da violência vivenciada no âmbito doméstico e familiar.

## **OBJETIVO GERAL**

Sensibilizar Agentes Comunitários de Saúde do município de Mogi Mirim-SP acerca das situações de violência doméstica e familiar, de forma a capacitá-los (as) para multiplicação de conhecimentos referentes à temática, bem como para o atendimento humanizado às famílias.

## **OBJETIVOS ESPECIFICOS**

- Caracterizar a violência doméstica e familiar, aspectos da Lei 11.340/06, consequências da violência na saúde física e mental da pessoa, estratégias para estabelecer uma comunicação pacífica nas relações familiares e a importância do atendimento humanizado na prática profissional;
- Potencializar mudança sociocultural das relações de gênero através da disseminação de conhecimento e orientação às famílias, a partir da intervenção dos/as Agentes Comunitários de Saúde;



- Levar os ACS a conhecerem e perceberem a violência como um fenômeno amplo, reconhecendo diversas formas de manifestação como violência física, psicológica, negligência, urbana, simbólica, sexual, etc.;
- Identificar as dificuldades encontradas pelos ACS e capacitá-los frente aos casos de violência doméstica, contra crianças e idosos, sensibilizando-os, possibilitando a estes profissionais de serem elementos importantes no processo de quebra do ciclo de violência.
- Preparar os ACS para o enfrentamento da violência doméstica e tornando-os aptos nas ações de prevenção e promoção do cuidado das vítimas de violência doméstica
- Analisar os fundamentos sociológicos e filosóficos da gestão social da violência doméstica;
- Caracterizar as relações de poder e trabalho feminino a partir do cotidiano;
- Compreender e refletir sobre a história, as concepções e as metodologias da gestão e políticas públicas de cunho social em nosso País;
- Conhecer, respeitar e aceitar as diferentes formas de orientação sexual;
- Construir o conceito de identidade de gênero;
- Desenvolver atitudes de compreensão, respeito e valorização das diversidades, a fim de criar condições para uma melhor convivência social;
- Desenvolver competências necessárias à atuação do servidor público em cargos de direção e assessoramento superior que tenham como foco a violência doméstica;
- Oportunizar a troca de vivências, reflexões e experiências e a sistematização de práticas de ação educativa em gestão social;
- Refletir sobre a discriminação e a violência sofrida em função da orientação sexual ou identidade de gênero;
- Refletir sobre o que seria uma prática pedagógica no contexto escolar, que aborde as questões da violência doméstica;
- Subsidiar a construção de uma leitura histórica, sistemática e interdisciplinar da gestão social das ações de prevenção, atendimento e combate à violência doméstica como conteúdos de ação pedagógica e política, por meio do estudo da história, das concepções, dos fundamentos e das metodologias a ela ligadas na perspectiva da gestão e da educação social.

## **PÚBLICO ALVO**

Capacitar 92 Agentes Comunitários de Saúde de Mogi Mirim que compõem a equipe das 11 Unidades de saúde da área urbana e as 02 rurais.

## **METODOLOGIA**

A capacitação irá atender 92 Agentes Comunitários de Saúde de Mogi Mirim que compõem a equipe das 11 Unidades de saúde da área urbana e as 02 rurais.



Os participantes serão divididos em 3 turmas, conforme orientação da solicitante para que possamos estar em conformidade com os protocolos sanitários de prevenção ao contágio do Covid-19.

O Curso é 100% presencial e o processo metodológico escolhido busca o desenvolvimento de reflexão crítica durante o processo de ensino-aprendizagem, preparando Agentes Comunitários de Saúde para, enfrentamento da violência doméstica e na efetivação de suas atribuições profissionais, fomentar mudanças nas relações intrafamiliares entre os gêneros e, concomitantemente, qualificar seu processo de trabalho.

Posto isto, a execução da proposta será dividida em três etapas: a primeira será através de encontros com aulas expositivas, diálogos e troca de experiências, a segunda prevê a realização de oficina de trabalho e a terceira diz respeito à avaliação dos participantes do processo pedagógico, dos temas abordados e de que forma poderão integrar os conhecimentos em sua prática diária.

O curso terá carga horária total de 20 horas, e terá no mínimo 03 turmas sendo que será emitido certificado, pela Instituição que irá ministrar a capacitação aos participantes que obtiverem frequência mínima de 75% dentre as aulas e atividades realizadas, bem como emissão de declaração ao corpo técnico (professores) de acordo com a carga horária executada.

Quanto ao local será ministrado em uma das Instituições que comporte em torno de 30 pessoas respeitando as medidas sanitárias.

Quanto a duração: a capacitação terá a duração de 20 (vinte) horas, totalizando 60 (sessenta) horas, para atendimento das 3 turmas com o objetivo de sensibilizar Agentes Comunitários de Saúde do município de Mogi Mirim-SP acerca das situações de violência doméstica e familiar, de forma a capacitá-los (as) para multiplicação de conhecimentos referentes à temática, bem como para o atendimento humanizado às famílias.

Quanto ao horário fica estabelecido para os dias da capacitação é das 08:00 às 12:00, intervalo até as 13:00, e depois das 13:00 às 17:00, sendo que no último dia, a capacitação encerrará as 12:00 para cada turma.

### **COMPETÊNCIA E HABILIDADE A SEREM DESENVOLVIDAS**

- Analisar os fundamentos sociológicos e filosóficos da gestão social da violência doméstica;
- Caracterizar as relações de poder e trabalho feminino a partir do cotidiano;
- Compreender e refletir sobre a história, as concepções e as metodologias da gestão e políticas públicas de cunho social em nosso País;
- Conhecer, respeitar e aceitar as diferentes formas de orientação sexual;
- Construir o conceito de identidade de gênero;
- Desenvolver atitudes de compreensão, respeito e valorização das diversidades, afim de criar condições para uma melhor convivência social;
- Desenvolver competências necessárias à atuação do servidor público em cargos de direção e assessoramento superior que tenham como foco a violência doméstica;



- Oportunizar a troca de vivências, reflexões e experiências e a sistematização de práticas de ação educativa em gestão social;
- Refletir sobre a discriminação e a violência sofrida em função da orientação sexual ou identidade de gênero;
- Refletir sobre o que seria uma prática pedagógica no contexto escolar, que aborde as questões da violência doméstica;
- Subsidiar a construção de uma leitura histórica, sistemática e interdisciplinar da gestão social das ações de prevenção, atendimento e combate à violência doméstica como conteúdos de ação pedagógica e política, por meio do estudo da história, das concepções, dos fundamentos e das metodologias a ela ligadas na perspectiva da gestão e da educação social.

<b>Módulo 1</b> <b>Carga horária: 4h</b> <b>Data:</b>	<b>AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ENQUANTO AGENTE DE MUDANÇA SOCIOCULTURAL</b> <b>Objetivos de aprendizagem:</b> -Dialogar sobre o papel e atividades da profissão de Agente Comunitário de Saúde, sua relação com a comunidade e perspectivas para propulsão de mudanças socioculturais na localidade de atuação; -Potencializar a consciência de Agentes Comunitários de Saúde sobre a importância de seu trabalho, tão próximo do ambiente doméstico, e as possibilidades de atuação no âmbito da violência doméstica.
	<b>RELAÇÕES DE PODER: RAÍZES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b> <b>Objetivos de aprendizagem:</b> -Compreender como a ordem de gênero explica o fenômeno da violência doméstica; -Discutir os conceitos de patriarcado, feminismo e masculinidade tóxica; -Analisar como a violência está sedimentada na formação sociocultural do Brasil e quais as perspectivas de mudança.
<b>Módulo 2</b> <b>Carga horária: 4h</b> <b>Data:</b>	<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS</b> <b>Objetivos de aprendizagem:</b> -Compreender os tipos de violência doméstica, reflexionando a operacionalização do ciclo da violência, além da identificação de fatores de risco. <b>ASPECTOS DA LEI 11.340/06 “LEI MARIA DA PENHA”</b> <b>Objetivos da aprendizagem:</b> -Identificar os aspectos inovadores da Lei nº 11.340/06, intitulada “Lei Maria da Penha”; -Conhecer a sistemática de proteção às pessoas em situação de violência, como funciona o Sistema de Justiça Criminal e qual a rede de atendimento disponível na Comarca de Várzea Grande.
<b>Módulo 3</b> <b>Carga horária: 4h</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PARA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL</b> <b>Objetivos da aprendizagem:</b> -Analisar a violência doméstica e familiar enquanto um problema de saúde pública e apontar de que forma Agentes Comunitários de Saúde podem contribuir para o cuidado, assistência e proteção dessas pessoas; -Investigar os agravos à saúde, decorrentes da vivência de uma situação de violência



<b>Módulo 4</b> <b>Carga horária: 4h</b> <b>Data:</b>	<b>ATENIMENTO HUMANIZADO</b> <b>Objetivos da aprendizagem:</b> -Compreender conceitos, sua importância, técnicas (como identificar e escutar) para realizar um atendimento de forma humanizada por parte dos agentes diante de situações de violência doméstica e familiar.
	<b>NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA</b> <b>Objetivos da aprendizagem:</b> -Compreender a importância da utilização da ficha e aprender como realizar o preenchimento
<b>Módulo 5</b> <b>-Carga horária: 4h</b> <b>Data:</b>	<b>REDE DE CUIDADOS PARA AS VITIMAS DE VIOLENCIA DOMESTICA</b> <b>Objetivos da Aprendizagem:</b> -Compreender a rede de cuidado as vitimas de violencia domestica nas áreas: saúde, promoção soial e judiciaria ( protocolos)
	<b>AVALIAÇÃO</b> Integrantes da Rede de Enfrentamento

## RECURSOS MATERIAIS E ALIMENTAÇÃO

Para execução desta capacitação será necessário:

- Equipamentos e material pedagógicos, multimídias;
- Alimentação: coffee break

## Referência

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CONNELL, Raewyn. Gênero em Termos Reais. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. Lei Maria da Penha, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: 2006.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. **Violence**: a global public health problem. World Report on Violence and Health. Geneve: World Health Organization, 2002.

KRUG, E.G. et al. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization, 2002.

ROSEMBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta, Ágora, 2006.



## **TERMO DE REFERÊNCIA – Referente ao lote 02 / Secretaria de Educação**

**1. OBJETO:** Contratação de profissionais para realizar formação continuada com todos os Gestores dos Centros Educacionais Municipais de Primeira Infância da Rede Municipal de Educação que atendem a faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses e com a Equipe Técnica da Secretaria de Educação. O objetivo é que os gestores se aproximem de um repertório teórico e prático sobre a organização da rotina; o acompanhamento do trabalho pedagógico e avaliação das experiências cotidianas, por meio da construção de uma prática voltada para a importância das relações, do movimento, da investigação, na transição do trabalho remoto para o híbrido, levando em consideração os respectivos contextos de 0 a 3 anos e 11 meses.

### **2 - PRÉ - REQUISITO DOS PARTICIPANTES**

Profissionais que atuam como formadores com experiência em estudo coletivo e discussão de material com vistas no estudo teórico/prático sobre o desenvolvimento infantil e as estratégias frente a situação de pandemia, alinhadas ao currículo Municipal de Mogi Mirim.

### **3 - NÚMERO DE PARTICIPANTE**

A capacitação atenderá diretamente 14 Coordenadores, 6 Diretores dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação e 3 Técnicos da Secretaria de Educação.

Os grupos terão em média 23 cursistas para a Primeira Infância e essas formações ocorrerão em horário de trabalho.

### **4 - LOCAL DE REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO**

Devido à COVID 19, os encontros deverão acontecer por meio do Google Meet, com encontros virtuais.

### **5 - MATERIAL E EQUIPAMENTOS:**

Todos os materiais impressos e equipamentos necessários para a realização da capacitação serão por conta da contratada.

### **6 - CONTEÚDO ABORDADO:**

#### **Gestores CEMPIs**

Como organizar os ritmos da Instituição

Organização da rotina

Acompanhamento do trabalho pedagógico

Como acolher as crianças e famílias no retorno às aulas

Avaliação das Experiências Cotidianas, levando em consideração os respectivos contextos de 0 a 3 anos e 11 meses.



## **7 - PRAZO PARA EXECUÇÃO:**

Serão desenvolvidos dois encontros mensais de duas horas cada, no período compreendido entre agosto e novembro de 2021.

## **8 - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:**

O curso deverá ser realizado por profissionais capacitados e com experiência em formação continuada para professores, além de possuírem domínio sobre as concepções que envolvem a BNCC.

Vale ressaltar que antes do início do curso, a contratada precisa apresentar às técnicas da Secretaria de Educação para que as mesmas autorizem a pauta de todos os encontros de formação com conteúdo, objetivos e estratégias formativas. Caso contrário, será necessário refazer em tempo hábil até que fique adequada com a concepção pedagógica do município.

## **9- CARGA HORÁRIA:**

A carga horária do curso será de 08 horas, distribuídas em 04 encontros de 2 horas, no horário de trabalho dos Gestores entre agosto e novembro de 2021.

## **10 – JUSTIFICATIVA:**

- Considerando o longo período de suspensão das atividades presenciais e a necessidade de garantir os direitos das crianças descritos nas Diretrizes Curriculares e na Base Nacional Comum Curricular para o acolhimento em casa e na escola neste contexto de pandemia.
- Considerando o possível retorno às aulas presenciais e a necessidade de repensar as práticas pedagógicas.
- Considerando que parte do Currículo Municipal de Mogi Mirim promover o aperfeiçoamento dos gestores e professores da Primeira Infância e da Educação Infantil para que compreendam o desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos, atentando para as especificidades da faixa etária para o planejamento de propostas de experiências.



## **TERMO DE REFERÊNCIA – Referente ao lote 02 / Secretaria de Educação**

**1. OBJETO:** Contratação de profissionais para realizar formação continuada com todos os Gestores das Escolas Municipais de Educação Básica que contempla Educação Infantil da Rede Municipal de Educação que atendem a faixa etária de 4 e 5 anos e com a Equipe Técnica da Secretaria de Educação. O objetivo é que os gestores se aproximem de um repertório teórico e prático sobre a organização da rotina; o acompanhamento do trabalho pedagógico e avaliação das experiências cotidianas, por meio da construção de uma prática voltada para a importância das relações, do movimento, da investigação, na transição do trabalho remoto para o híbrido, levando em consideração os respectivos contextos de 4 e 5 anos

### **2 - PRÉ - REQUISITO DOS PARTICIPANTES:**

Profissionais que atuem como formadores com experiência em estudo coletivo e discussão de material com vistas no estudo teórico/prático sobre o desenvolvimento infantil e as estratégias frente a situação de pandemia, alinhadas ao currículo Municipal de Mogi Mirim

### **3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES**

A capacitação atenderá diretamente 46 Gestores (diretores, vice-diretores e coordenadores) das Escolas Municipais de Educação Básica da Rede Municipal de Educação e 3 Técnicos da Secretaria de Educação.

Os grupos terão em média 49 cursistas para a Educação Infantil e essas formações ocorrerão em horário de trabalho.

### **4 - LOCAL DE REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO**

Devido à COVID 19, os encontros deverão acontecer por meio do Google Meet, com encontros virtuais.

### **5 - MATERIAL E EQUIPAMENTOS:**

Todos os materiais impressos e equipamentos necessários para a realização da capacitação serão por conta da contratada.

### **6 - CONTEÚDO ABORDADO:**

#### **Gestores EMEBs que contemplem Educação Infantil**

Como pensar no retorno considerando o tempo e materiais na escola e em casa.  
Organização da rotina.

Acompanhamento do trabalho pedagógico.



O movimento de colocar o aluno no centro de todo o processo de ensino e aprendizagem está relacionado diretamente à abordagem da aprendizagem ativa. Como acolher as crianças e famílias no retorno às aulas.

Avaliação das Experiências Cotidianas, levando em consideração os respectivos contextos de 4 e 5 anos.

### **7 - PRAZO PARA EXECUÇÃO:**

Serão desenvolvidos dois encontros mensais de duas horas cada, no período entre agosto e novembro de 2021.

### **8 - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:**

O curso deverá ser realizado por profissionais capacitados e com experiência em formação continuada para professores, além de possuírem domínio sobre as concepções que envolvem a BNCC.

Vale ressaltar que antes do início do curso, a contratada precisa apresentar às técnicas da Secretaria de Educação para que as mesmas autorizem a pauta de todos os encontros de formação com conteúdo, objetivos e estratégias formativas. Caso contrário, será necessário refazer em tempo hábil até que fique adequada com a concepção pedagógica do município.

### **9- CARGA HORÁRIA:**

A carga horária do curso será de 08 horas, distribuídas em 04 encontros de 2 horas, no horário de trabalho dos Gestores entre agosto e novembro de 2021.

### **10 – JUSTIFICATIVA:**

- Considerando o longo período de suspensão das atividades presenciais e a necessidade de garantir os direitos das crianças descritos nas Diretrizes Curriculares e na Base Nacional Comum Curricular para o acolhimento em casa e na escola neste contexto de pandemia.
- Considerando o possível retorno às aulas presenciais e a necessidade de repensar as práticas pedagógicas.
- Considerando que parte do Currículo Municipal de Mogi Mirim promover o aperfeiçoamento dos gestores e professores da Primeira Infância e da Educação Infantil para que compreendam o desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos, atentando para as especificidades da faixa etária para o planejamento de propostas de experiências.



## **ANEXO II**

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2021, e cumprimento às exigências contidas no art. 4º, incisos VII da Lei n. 10.520/2002, declara sob as penas da Lei, que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação contidos no Edital n. \_\_\_\_/2021.

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

Mogi Mirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)



### **ANEXO III**

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2021, declara sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres. Declara ainda que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos o presente.

Mogi Mirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)



## **ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

### **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CAPACITAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SECRETÁRIA DE SAÚDE E CAPACITAÇÃO DOS GESTORES NA TRANSIÇÃO DO TRABALHO PARA HÍBRIDO, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM/SP, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DESTE – TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO 109/2021 – PROCESSO Nº 8.878/2021.**

Por este instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**, Pessoa Jurídica, com sede administrativa nesta cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Dr. José Alves nº 129, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.332.095/0001-89, neste ato representado por \_\_\_\_\_, Secretário de \_\_\_\_\_, de ora em diante designada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada na cidade de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), à \_\_\_\_\_ neste ato devida e regularmente representada nos termos da \_\_\_\_\_, pelo sócio proprietário \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) de ora em diante designada simplesmente CONTRATADA e, de conformidade com os elementos constantes do processo de Licitação sob modalidade de Pregão Eletrônico n. 109/2021, e ainda com fulcro nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e pelo Código de Defesa do Consumidor, na forma legalmente representada, juntamente com as testemunhas presenciais ao final “ad cautelam” nomeadas e assinadas, ficou ajustado e acertado a assinatura do presente termo, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas, a saber:

#### 1. DO OBJETO

1.1 A CONTRATADA, na qualidade de vencedora do processo licitatório objeto do Pregão Eletrônico n. 109/2021, e seus anexos, obrigou-se a prestação de serviços para capacitação dos agentes Comunitários de Saúde, no enfrentamento a Violência Doméstica, Secretária de Saúde e capacitação dos gestores na transição do trabalho para híbrido, Secretária de Educação, Município de Mogi Mirim/SP, de acordo com as especificações técnicas e condições do Anexo I – termo de referência do edital

#### 2. DO PRAZO

2.1 O presente termo contratual entra em vigor na data de sua assinatura e findando-se em doze meses, admitindo-se sua prorrogação dentro dos limites legais.

#### 3. DO PREÇO

3.1 Conforme o lance ofertado pelo FORNECEDOR, através do retro citado Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2020, o preço será conforme discriminação abaixo especificada:



<b>LOTE 01 – SECRETÁRIA DE SAÚDE</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	V.UNIT.	V.TOTAL
1	QUALIFICAÇÃO/CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL ESTA CAPACITAÇÃO DEVERÁ OCORRER EM DUAS TURMAS DE 46 ACS EM CADA UMA EM UM TOTAL DE 20 HORAS, SENDO 04 HORAS A CADA DIA PARA CADA TURMA	92,00	UN		

<b>LOTE 02 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	V.UNIT.	V.TOTAL
1	SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO/HORA , CONFORME TERMO DE REFERENCIA.	16,00	H		

#### 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. As prestações de serviços deverão ser executados em conformidade com o termo de referencia anexo I do edital – Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação.

#### 4.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.2.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência anexo I do edital e de sua proposta apresentada, ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

#### 4.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.3.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta e em conformidade com o termo de referencia anexo I do edital.

#### 5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1 O presente termo contratual entra em vigor na data de sua assinatura, e findando-se em doze meses.

#### 6. VALOR DO TERMO CONTRATUAL

6.1 Os contratantes estimam o valor do presente instrumento pela importância global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

#### 7. DA TRANSFERÊNCIA DO TERMO CONTRATUAL

7.1 A CONTRATADA é expressamente vedada à transferência, no todo dos direitos e obrigações decorrentes deste termo contratual.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1 A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93.



8.2 De conformidade com o art. 86 da lei n. 8.666/93, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor dos produtos, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93.

8.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

8.3.1 – Advertência;

8.3.2 – Multa de 10 % (dez por cento) do valor do contrato;

8.3.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

8.4 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontada do preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

## 9. DA RESCISÃO

9.1 O CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente instrumento, independentemente de qualquer interpelação judicial e ou extrajudicial, dispensando ainda, o pagamento de qualquer indenização e ou ressarcimento de qualquer natureza, nos seguintes casos:

§1º Decretação de falência da CONTRATADA ou manifesta impossibilidade de cumprir com as obrigações contratuais.

§2º Transferência total do contrato a terceiros.

§3º Infração de quaisquer das cláusulas pactuadas neste termo contratual.

## 10. DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

10.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o CONTRATANTE de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência da execução dos serviços, inclusive quanto às de natureza indenizatória, trabalhista, previdenciária, fiscal e civil e de quaisquer outros, que sempre e necessariamente correrão por conta e risco da CONTRATADA.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O Município de Mogi Mirim pagará a contratada o preço estabelecido na proposta, o qual inclui todos os custos necessários a perfeita execução do objeto do presente licitatório e ficará condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônica em duas vias, juntamente com a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e o CRF do FGTS em plena validade.

§1º No corpo da nota fiscal número da licitação, o número do contrato ou o número da nota de empenho, o número da conta, banco e agência para que seja efetuada a ordem de pagamento ou ainda ficha de compensação (boleto do banco), anexo.

§2º Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



§3º As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

§4º As notas fiscais deverão vir acompanhadas também pelo respectivo relatório, aprovado pelo departamento competente, que deverá conter: a placa dos veículos, data e horário do abastecimento, quantidade de litros, o valor de cada abastecimento e o nome do funcionário que realizou o abastecimento.

11.2 O pagamento será efetuado no décimo quinto dia do mês subsequente a data do aceite da Nota Fiscal do recebimento definitivo dos serviços, após a entrega da Nota Fiscal e fica condicionado a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e CRF do FGTS estarem em plena validade.

11.3 A licitante vencedora não poderá negociar os títulos provenientes de contratações junto ao Município de Mogi Mirim.

## 12. DA SEGURANÇA DO TRABALHO

12.1 A CONTRATADA é a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, civil, seguro acidente de trabalho, ou qualquer outros encargos previstos em lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança e saúde no trabalho, sendo que o seu descumprimento poderá ensejar a rescisão contratual com a aplicação de penalidades e sanções legais em face da mesma.

## 13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1 Fica fazendo parte integrante e inseparável do presente termo contratual, não só o Edital referente ao Pregão Eletrônico n. 148/2019, como também a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, para os fins aqui contidos.

## 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 Os recursos necessários para fazer frente às despesas do presente contrato onerarão a dotação orçamentária:

<b>Dotação</b>	<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Código Orçamentário</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
937	011603.1030205912.215.	3.3.90.39.00	1 – Tesouro
141	010503.1236105562.048	3.3.90.39.48	5 – Transferências e Convenio Federais
237	010504.1236505552.052.	3.3.90.39.48	5 – Transferências e Convenio Federais

## 15. DO FORO

15.1 Para dirimir as questões que porventura surgirem no cumprimento deste termo contratual, e que não forem resolvidas administrativamente, será competente o foro da Comarca de Mogi Mirim (SP), com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## 16. DAS COMUNICAÇÕES E DO GESTOR

16.1 O encaminhamento de cartas e documentos recíprocos referentes a este contrato, serão consideradas como efetuadas, se entregues através de protocolo aos destinatários abaixo:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

CLARA ALICE FRANCO DE A. CARVALHO – Secretária de Saúde

Rua dos Expedicionários, 219 - Santa Cruz

Mogi Mirim/SP - CEP: 13.800-000

Fone: 19 -3805.3786/3862.1174

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

A/C: ANA LUCIA BUENO PERUCHI - Secretária

Rod. Dep. Nagib Chaib, 520 - Jardim Panorama.

MOGI MIRIM/SP - CEP: 13.800.000

Fone: 19 -38142121/

CONTRATADA:

Parágrafo Único - Fica definido neste instrumento, que a \_\_\_\_\_, será o GESTOR do contrato, ficando a seu encargo o gerenciamento das comunicações e pedidos, verificação de prazo de entrega e vigência do contrato, tramitação de notas fiscais junto a Secretaria de Finanças, bem como outros atos que se referem a este.

E assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Mogi Mirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:



## **ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ME ou EPP**

A (nome da empresa)....., com sede à (rua/av./praça) ....., nº ....., bairro ....., na cidade de ....., estado ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., e IE nº ....., através de seu .....(sócio, procurador, etc), o(a) Sr.(a). (nome completo) ....., portador(a) do CPF nº ..... e RG nº....., residente e domiciliado(a) à (rua/av./praça) ....., nº ....., bairro ....., na cidade de ....., estado ....., DECLARA com base nos Artigos de 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/06, que é..... (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)



## **ANEXO VI – CADASTRO DO RESPONSÁVEL**

### **CADASTRO DO RESPONSÁVEL**

#### **ÓRGÃO OU ENTIDADE**

Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Período de gestão:	

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2021, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).

Mogi Mirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

#### **MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**

\_\_\_\_\_  
(a)  
Cargo  
Responsável pelo preenchimento



## **ANEXO VII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

### **CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

**CONTRATO Nº(DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

**ADVOGADO(S): (\*)**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

#### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

#### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

**Nome:**

**Cargo: - CPF:**

#### **Responsáveis pela homologação do certame ou ratificação da dispensa/inexigibilidade de licitação: ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

**Responsáveis que assinaram o ajuste: Pelo CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### **Pela CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



## **ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL**

### **CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA: CNPJ

Nº: CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

*Em se tratando de obras/serviços de engenharia:*

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

**LOCAL e DATA:**

**RESPONSÁVEL:** (nome, cargo, e-mail e assinatura)